



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Planejamento e Projetos

PROJETO BÁSICO
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

IMÓVEL: MUSEU DO ROCK

ENDEREÇO: Rua da Lapa, nº 49 - Centro

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

CÓDIGO DO IMÓVEL: 18.101.069

PROPOSTA: P142/2024 - SISTEMA PLENO, e
D142/2024 - SISTEMA DESONERADO

ORÇAMENTO: P142.001/24 - SISTEMA PLENO, e
D142.001/24 - SISTEMA DESONERADO

ORÇAMENTISTAS: JOSÉ EDUARDO SIMÕES BARBOSA (ID FUNCIONAL Nº 4.421.470-7)

NATUREZA DOS SERVIÇOS: Elaboração de projetos de arquitetura e de estrutura (executivo) e de instalações (básico e executivo), inclusive orçamento para construção do Museu do Rock.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, para elaboração de projetos de arquitetura e de estrutura (executivo) e de instalações (básico e executivo), inclusive orçamento para a construção do **MUSEU DO ROCK**, localizado na Rua da Lapa, nº 49, Centro no município do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação refere-se a contratação de empresa especializada, para a elaboração de projetos de arquitetura e de estrutura (executivo) e de instalações (básico e executivo), inclusive orçamento para a construção do **MUSEU DO ROCK**.

1.3. Os serviços previstos nesta Proposta estão relacionados no item 28, deste Projeto Básico.

2. TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.1. Critério de Julgamento:

O critério de julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos nesta proposta.

2.2. Regime de Execução:

Será adotado o regime de execução de empreitada por Preço Unitário, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários à execução do objeto, condicionando o pagamento apenas

pelos serviços efetivamente executados.

O objeto do Projeto Básico contempla serviços de engenharia, sendo necessário a atuação de empresa especializada para execução dos serviços a serem contratados.

2.3. Modo de disputa: (X) Fechado () Aberto

3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

A região da Lapa respira cultura e arte, contudo é uma área com muita “degradação humana”, a arte é tão forte que consegue conviver sem conflitos, mas a política pública precisa encontrar soluções para que essas pessoas possam ser inseridas na sociedade e terem suas dignidades de volta, e tudo isso pode ser conquistado através das oportunidades que a arte e cultura oferecem.

Diante desse contexto, a FUNARJ é detentora de uma área muito nobre no coração da Lapa, trata-se de um terreno de cerca de 700 metros quadrados de área livre.

A proposta de criação do Museu do Rock, a ser instalado na Lapa, Rio de Janeiro, celebrará esse ritmo patrimônio cultural do Brasil, perpetuando o impacto do rock no comportamento da juventude brasileira, quase como uma extensão do turismo cívico da Cidade do Rio.

Além de ser um polo cultural nos tempos em que vivemos, o Museu do Rock celebrará a trajetória de quase 70 anos e lembrará aos visitantes de todas as idades, e às futuras gerações que, como cidadãos, precisamos nivelar a cultura sempre pelo topo.

4. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

4.1. LOCALIZAÇÃO: Rua da Lapa, nº 49, Centro, município do Rio de Janeiro - RJ.

4.2 ESPECIFICAÇÕES:





5. DOS PRAZOS

5.1 O prazo de vigência do contrato é de **270 (duzentos e setenta)** dias, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 71, da Lei nº 13.303/2016.

5.2. O prazo para a execução dos serviços é de **120 (cento e vinte)** dias corridos e ininterruptos contados a partir da emissão da ordem de início dos serviços, respeitando-se o cronograma físico-financeiro que acompanha esse instrumento.

5.3. No caso de se registrar algum óbice impeditivo para emissão da Ordem de Início dos Serviços, tal fato deverá ser plenamente justificado no processo SEI desse instrumento contratual.

6. ESCOPO DOS SERVIÇOS

6.1. O presente Projeto Básico tem como objeto a contratação de empresa especializada, para elaboração de projetos de arquitetura e de estrutura (executivo) e de instalações (básico e executivo), inclusive orçamento para a construção de nova edificação que irá abrigar o **MUSEU DO ROCK** na cidade do Rio de Janeiro, incluindo projeto legal, plantas técnicas de layout, planta de especificações, cortes, layout, cortes, fachadas e detalhamentos de acordo com a necessidade do projeto, conforme relacionado abaixo:

6.1.1. Para a apresentação dos projetos de Arquitetura, será necessários que os mesmos contenham um nível de precisão adequado, com o dimensionamento apropriado à instalação a que se refere. Deverá ser elaborado um orçamento dos serviços baseado no Catálogo de Referências, fundamentado em quantitativos e especificações técnicas apresentados nos projetos.

6.1.1.1. A Contratada deverá elaborar e aprovar o Projeto Legal junto aos órgãos competentes, antes do desenvolvimento dos projetos executivos.

6.1.1.2. Como **Projeto Executivo de Arquitetura** deverão ser apresentados os seguintes documentos com base na Implantação Geral:

- Projeto Executivo de Arquitetura

- Planta de Implantação;
- Planta Baixa e de Layout;
- Planta de Especificações;

- Planta de Cobertura;
- Planta de Acessibilidade;
- Cortes e Fachadas;
- Detalhamento das áreas molhadas;
- Planta de Paginação de Piso;
- Planta de Forro;
- Detalhamento de Esquadrias;
- Detalhamento do mobiliário fixo;
- Detalhes necessários para o melhor entendimento do projeto.
- Projeto executivo de acústica

6.1.2. Como Projeto Executivo de Estrutura deverão ser apresentados os seguintes documentos, tendo como base a Implantação Geral:

- Projeto Executivo de Estrutura:

- Planta de Situação;
- Planta de Formas das Fundações;
- Planta de Forma dos Tetos;
- Planta de Forma da Cobertura;
- Planta de Cortes;
- Planta de Detalhamento das Armaduras;
- Planta de Detalhamento da Estrutura Metálica, inclusive soldas;
- Detalhes necessários para o melhor entendimento do projeto.

6.1.3. Projeto Básico e Executivo Infraestrutura de Instalações: Elétricas, Incêndio, Climatização, Telemática (Dados & Voz), Hidráulicas, Drenagem, Esgoto Sanitário e Águas Pluviais.

6.1.3.1. Para a apresentação dos projetos de instalações, consideramos que sejam necessários que os mesmos contenham um nível de precisão adequado, com o dimensionamento apropriado à instalação a que se refere.

6.1.3.2. Deverá ser elaborado um orçamento dos serviços de instalações baseado no Catálogo de Referências, fundamentado em quantitativos e especificações técnicas apresentados nos projetos.

6.1.3.3. A Contratada deverá aprovar os projetos nas concessionárias Competentes (A&E Rio, Light, CBMERJ e Rio Águas) e anexar, ao material a ser entregue, a ART do autor dos projetos de instalações de todas as disciplinas.

6.1.3.4. Como **Projeto de Infraestrutura**, deverão ser apresentados os seguintes documentos de cada disciplina, tendo como base a Implantação Geral:

- Instalações Elétricas:

- Projeto da entrada de energia em Média ou Baixa Tensão;
- Definições e Detalhamentos de Subestações abrigadas ou simplificada;
- Projeto do Gerador;
- Projeto de Luminotécnica dos ambientes;
- Projeto de iluminação cênica de palcos e fachadas;
- Projeto de Cenotecnia, sonoplastia e projeção simultânea;
- Plantas Baixas dos pontos de consumo (força e iluminação), com as passagens dos circuitos, eletrodutos, leitos, condutores, caixas de passagens e etc.;
- Quadro de Cargas, considerando a corrente bruta, nominal e comercial, bem como, fatores exigidos pela concessionária e o equilíbrio das fases.
- Diagramas Trifilares;
- Esquema Elétricos;
- Cálculo de Demanda conforme o Padrão LIGHT;
- Detalhes de peças, equipamentos e do encaminhamento dos pontos de consumo.

Referências: NBR 5410; NBR ISO 8995; NBR 5419; NBR 10898; NBR 13534; NBR 5444;

- Climatização:

- Plantas Baixas dos pontos de consumo;
- Sistema de climatização com tecnologia VRF;
- Sistema de Tomada de Ar Exterior;
- Cálculo de Carga Térmica elaborado por um software consolidado no mercado;
- Detalhes de peças, equipamentos e do encaminhamento dos pontos de consumo.

Referências: NBR16.401; DECRETO - GEM 22.281/02

- Instalações Telemáticas (Dados&Voz):

- Configuração do Patch Panel
- Plantas Baixas dos pontos de consumo de Telefonia e Lógica ;
- Memória de Cálculo.

Referências: NBR 14565.

- Instalações Hidráulicas:

- Abastecimento de entrada;
- Reservatórios;
- Sistema de Bombeamento;
- Plantas Baixas dos pontos de consumo, com a passagem de tubos , incluindo conexões, registros e válvulas ;
- Perspectivas Isométricas;
- Memória de Cálculo, conforme ABNT, apresentado vazão, velocidade, diâmetro, perda de carga equivalente e total, pressão disponível e pressão final;

Referências: NBR 5626.

- Sistema de Drenagem:

- Definição da área de contribuição;
- Levantamento de recorrências de chuvas por período entre 10 anos;
- Dimensionamento de caixas de Retardo/Reuso;
- Divisão de bacias;
- Memória de cálculo apresentada com trecho, diâmetro do tubo adotado, vazão, velocidade, relação entre a altura da lâmina d'água e o diâmetro do tubo (Y/D), perda de carga a montante e jusante, nível das caixas e velocidade crítica;
- Memorial descritivo das instalações com especificação da tecnologia e materiais utilizados;
- Desenho em planta de todas as tubulações, canaletas e caixas com delimitações das áreas de contribuição das bacias da captação a rede de águas pluviais;

Referências: NBR 15645; NBR ISO 8890.

- Instalações de Incêndio:

- Perspectiva isométrica das Instalações;
- Planta Baixa com a rede de hidrantes, extintores de sinalizações
- detalhamento do cavalete na casa de máquinas, Pressostato, manômetro, tanque de pressão e

etc.;

- laudo de exigências do CBMERJ;

Referências: NBR 5626, NBR 13714, NBR 14100, NBR 16021, COSCIP-RJ.

- Instalações de Esgoto Sanitário e Águas Pluviais:

- Dimensionamento de tubulações de acordo com as contribuições (UHC);
- Levantamento de recorrências de chuvas por período entre 10 anos;
- Dimensionamento de fossa, filtros, sumidouros ou Estações de Tratamento de Esgoto e Estações Elevatórias
- Dimensionamento de calhas e descidas das coberturas;
- Dimensionamento de estações elevatórias de esgoto sanitário e de águas pluviais, se necessário;
- Memória de cálculo apresentada com trecho, diâmetro do tubo adotado, vazão, velocidade, relação entre a altura da lâmina d'água e o diâmetro do tubo (Y/D), perda de carga a montante e jusante, nível das caixas e velocidade crítica;
- Memorial descritivo das instalações com especificação da tecnologia e materiais utilizados;
- Plantas Baixas de tubulações, canaletas e caixas
- Esquema vertical, com a altura dos pontos

Referências: NBR 8160; Inea DZ 215

Obs. Projeto Executivo de Instalações Especiais compreende: Projetos de acústica, iluminação cênica, sonorização (auditório, platéia e palco), sistema de audiovisual e tradução simultânea.

6.2.Orçamento para execução da obra

- Deverá ser elaborado o orçamento em conformidade com os projetos especificados, incluindo a previsão de demolição, remoção de entulhos e movimentos de terra, caso necessários, para construção do Museu.
- Consiste numa relação dos serviços e seus respectivos quantitativos, valores unitários e totais, todos dispostos no padrão e planilha do Sistema de Custos Unitários da EMOP-RJ, com a utilização do Catálogo de Referência – 13ª Edição, nos sistemas pleno e desonerado e atendendo as definições dos projetos.
- Planilha de orçamento detalhada informando o mês de referência.
- Caso sejam incluídos itens de serviços não existentes no Catálogo de Referência - 13ª Edição, deverá ser apresentado dossiê com no mínimo três propostas de firmas especializadas, ou uma planilha com a composição de custos detalhada (materiais, mão de obra, equipamentos e transporte). Caso algum insumo não conste no Catálogo de Composições e Insumos, será necessário apresentar três propostas para análise.
- Memória de Cálculo dos serviços e quantidades apuradas, em cada “natureza de orçamento”, incluindo um Quadro Resumo de Quantitativos por serviço.
- As planilhas orçamentárias deverão ser entregues impressas, em formato A4, contendo identificação e assinatura do autor e os respectivos arquivos digitais em sistema compatível com o programa Microsoft Excel nas extensões XLS e PDF.
- **NOTA:**
- A Contratada deverá desenvolver os projetos até atingir um nível de detalhamento tal que possa subsidiar a elaboração de orçamento e a execução das obras;

- A Contratada deverá compatibilizar os projetos de instalações com os demais projetos (arquitetura e estrutura) de forma a não causar divergências entre partes no momento da execução;
- A Contratada terá sob sua responsabilidade o encaminhamento dos projetos aos órgãos competentes, públicos e/ou privados, para que sejam submetidos à análise e aprovação, inclusive a Licença ou Dispensa Ambiental;
- A Contratada deverá apresentar a EMOP os documentos comprobatórios deste encaminhamento, sob forma de protocolo de identificação de entrada e/ou demais registros, depois de entregues pelo órgão cliente todos os elementos documentais de sua responsabilidade e que sejam necessários àquela análise;
- A Contratada deverá revisar os projetos, sempre que houver exigências formuladas por tais órgãos, durante o processo de aprovação;
- A Contratada deverá por fim apresentar o projeto com a formalização da aprovação feita pelos órgãos competentes;
- A Contratada deverá apresentar as guias quitadas da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica- CREA/RJ) e/ou do RRT (Registro de Responsabilidade Técnica- CAU/RJ), referentes aos projetos e orçamentos

7. FORMA DE PAGAMENTO

1º mês: Elaboração e aprovação do Projeto Legal e Projeto Executivo de Arquitetura

- 80% do somatório dos itens de Projeto Executivo de Arquitetura quando da aprovação pelos órgãos competentes e análise/liberação pela EMOP

- O item Projeto Executivo de Arquitetura engloba a remuneração da elaboração e aprovação do Projeto Legal

2º mês: Elaboração do Projeto Básico de Instalações e Projeto Executivo de Estrutura

- 50% do somatório dos itens de Projeto de Instalações (com exceção do item 01.050.1407-6) + 80% do somatório dos itens de Projeto Executivo de Estrutura quando da apresentação dos protocolos de entrada nos órgãos competentes e análise/liberação pela EMOP

3º mês: Elaboração do Projeto Executivo de Instalações, inclusive Instalações Especiais

- 30% do somatório dos Projetos de Instalações + 80% do Projeto de Instalações Especiais quando da aprovação pelos órgãos competentes e análise/liberação pela EMOP

4º mês: Compatibilização dos Projetos e Elaboração do Orçamento

- 20% do somatório de todos os Projetos Executivos + 100% do Orçamento quando da aprovação dos Projetos pelos órgãos competentes e após análise/aprovação final pela EMOP (Projetos compatibilizados e Orçamento)

Observação:

- Para cálculo da remuneração dos Projetos de Instalações foram considerados

50% do valor total para Projeto Básico

30% do valor total para Projeto Executivo

20% do valor total para compatibilização

- Os Projetos Executivos são da responsabilidade do autor dos mesmos, que emitiram a ART e/ou RRT

- A Fiscalização da EMOP apenas verificará se os mesmos foram elaborados de acordo com as

concepções adotadas no Projeto Básico e se foram desenvolvidos segundo os preceitos das normas da ABNT vigentes.

8. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

8.1. A Planilha Orçamentária a que se refere este Projeto Básico tem como data base o mês de fevereiro de 2025.

9. REAJUSTE DE PREÇO

9.1. Os valores contratados dos serviços não medidos poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta pela licitante, de acordo com o índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP-RJ, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P_0$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

I₀ = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP-RJ, referente aos serviços especificados e relativo ao mês de apresentação da proposta pela licitante.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP-RJ, referente aos serviços especificados e relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a apresentação da proposta pela empresa licitante.

P₀ = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela empresa Licitante.

9.2. O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

9.3. As partes convencionam o prazo decadencial de 60 (sessenta) dias consecutivos para solicitar o reajuste contratual, a contar da publicação do índice ajustado contratualmente. O pedido deverá ser entregue no Protocolo da EMOP-RJ, o qual será autuado em Processo Administrativo próprio.

9.4. A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

9.5. Consideram-se “anualidades” os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês de referência da proposta apresentada CONTRATADA (I₀).

9.6. A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa do CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

9.7. Somente será objeto de reajuste o valor remanescente e ainda não pago.

10. GARANTIA

10.1. A CONTRATADA apresentará, até a data estabelecida para assinatura do instrumento contratual, comprovante de prestação de garantia, em qualquer das modalidades previstas no art. 183 do RLC/EMOP-RJ e art.70 da Lei n 13.303/2016, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade até o término da vigência contratual, devendo, se necessário, ser renovada a cada prorrogação.

10.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das

demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

10.3. Nos casos de complementação ou recomposição do valor da garantia, será dado o prazo de 03 (três) dias úteis à contratada, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

11. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO

11.1. Considerando a natureza dos serviços de elaboração de projetos, fica vedada a participação de Consórcio.

12. PARCELAMENTO DO OBJETO

12.1. Não se vislumbra o Parcelamento do objeto deste Projeto Básico. Diante da natureza dos serviços previstos, a atuação de mais de uma empresa contratada poderá ensejar transtornos logísticos, executivos e operacionais com reflexos indesejáveis ao desenvolvimento do objeto, podendo, até mesmo, inviabilizar a sua elaboração.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Só será admitida a subcontratação de projetos de instalações complementares, até o limite de **39,09% (trinta e nove vírgula nove por cento)** do valor total do contrato, sendo:

a) Projeto Executivo de Instalação de Incêndio e SPDA ⇒ **4,64%**;

b) Projeto Executivo de Instalações Especiais (Iluminação Cênica, Sonorização de Auditório, Platéia e Palco, Sistema de Audiovisual e Tradução Simultânea) ⇒ **34,45%**.

13.2. É vedada a Subcontratação de empresa ou Consórcio que tenha participado do procedimento licitatório do qual se originou a contratação ou, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.

13.3. A Subcontratação será admitida mediante prévia autorização da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos inerentes a sua qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Toda a documentação pertinente à pretendida subcontratação deverá ser encaminhada para análise e aprovação da CONTRATANTE .

13.4. Os pagamentos aos sub-contratados serão realizados diretamente pela CONTRATADA, ficando vedada a emissão de empenho do CONTRATANTE diretamente aos subcontratados, ressalvada a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

13.5. A Subcontratação não altera a responsabilidade da CONTRATADA, que continuará integralmente responsável pela execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, eximindo a EMOP de qualquer responsabilidade e/ou ônus previamente decorrente de ação da subcontratada.

14. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas a sustentabilidade ambiental, em especial o Decreto Estadual nº 43.629/2012 e art. 32 da Lei nº 13.303/2016.

14.2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

14.2.1. Caso o empreendimento esteja dentro das hipóteses descritas na Resolução CONAMA nº 237 de 19/12/1997, deverão ser apresentados os documentos de tratamento ambiental e a Licença Ambiental (Estudo de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental- EIA/RIMA, bem como licença ambiental). Caso o empreendimento não esteja dentro das citadas hipóteses, deverá ser apresentado um documento de dispensa de Licença Prévia ao fim da aprovação do Projeto Legal.

15. VISITA TÉCNICA

15.1. Os interessados poderão agendar visita física para realização de vistoria técnica, na forma do Edital de Licitação. As visitas físicas para a realização de visita técnica deverão ser agendadas isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

15.2. O licitante que optar pela não realização da visita técnica, apresentará declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, sob as penas da lei, informando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela não realização da visita e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venham onerar a Administração.

15.3. Necessário a formalização de declaração de quem participou da visita técnica, tanto da área técnica demandante quanto da empresa licitante.

16. AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

16.1. Cabe à **CONTRATADA**:

- a)** Manter atualizados todos os documentos de habilitação e licenças para funcionamento;
- b)** Assumir a inteira responsabilidade pelo cumprimento das normas e legislação ambientais aplicáveis;
- c)** Deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (CREA) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT (CAU) do responsável pela elaboração dos projetos.

17. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

17.1. Comprovação de desenvolvimento de projetos executivos de arquitetura e complementares, com as características semelhantes as do objeto da licitação, com área de construção mínima de **588m²**.

18. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA- OPERACIONAL, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, EQUIPAMENTOS, EQUIPE

18.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

18.1.1. Poderão participar do certame as empresas que comprovarem atuação no ramo de atividade compatível com o objeto deste Caderno do Projeto Básico.

18.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, mediante a comprovação da licitante de possuir em seu quadro, na data prevista para apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal, ou ainda, para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

18.1.3. As quantidades acima constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2006 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

18.2. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO

18.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

18.2.2. Os serviços objeto deste PROJETO BÁSICO serão executados sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

18.2.3. A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos até a conclusão dos serviços objeto do contrato. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita a qualquer momento pela CONTRATADA, desde que o mesmo seja substituído por outro com igual lastro de experiência e capacidade técnica, cuja concordância ficará a exclusivo critério da CONTRATANTE.

18.2.4. Equipamentos: Não se aplica.

18.2.5. Equipe: Não se aplica.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;

II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;

III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;

IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:

V. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos *as built*, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.

VI. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.

VII. Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

VIII. Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

IX. Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para

realizar os serviços contratados;

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I.** Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II.** Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III.** Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho; manter durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- IV.** Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos; Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- V.** Iniciar e concluir o serviço nos prazos estipulados; prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;

21. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1. A execução do contrato será acompanhada, fiscalizada e gerenciada por uma Comissão de Gestão e Fiscalização a ser designada, através de Portaria, pelo Diretor-Presidente da EMOP, que determinará o que for necessário para o fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA.

21.2. A Comissão de Gestão e Fiscalização deverá adotar providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

22. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

22.1. A medição será executada mensalmente, após a aferição pela Comissão de Gestão e Fiscalização quanto à realização das etapas e serviços.

22.2. O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

22.3. Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA, em conformidade com o presente Projeto Básico.

22.4. A CONTRATANTE só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nos serviços aprovados pela Comissão de Gestão e Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

22.5. Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Comissão de Gestão e Fiscalização quanto aos produtos apresentados.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

23.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a)** advertência;
- b)** multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a EMOP, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 2 (dois) anos, observada a gravidade da irregularidade

23.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

23.3. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

23.4. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

23.5. A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP-RJ.

23.6. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a EMOP-RJ – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 23.1 será imposta pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP-RJ.

23.7. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea “d” do item 21.1 deste capítulo, serão impostos pelo Diretor-Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP-RJ, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Infraestrutura e Cidades, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

23.8. A referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

23.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

24. MATRIZ DE RISCOS

24.1. A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico obedecerá aos seguintes critérios:

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Consequência na Execução do Objeto	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Fatos retardadores ou que impeçam a execução do Contrato.	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre tratamento de impedimentos para execução e resolução de conflitos.	EMOP, FUNARJ e CONTRATADA
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a FUNARJ caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP e CONTRATADA

Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP, FUNARJ e CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da CONTRATADA.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de Cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Oficializar a FUNARJ da necessidade urgente da descentralização de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e FUNARJ
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da FUNARJ.	Atraso no cronograma do Serviço. Paralisação do Serviço.	Oficializar a FUNARJ necessidade urgente de pagamento das faturas/notas fiscais de crédito. Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP e FUNARJ
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviço	Treinamento da Mão-de-Obra, Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial	CONTRATADA

25. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

25.1. O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com a Resolução CONFEA nº 361/1991, combinado com a Decisão Normativa CONFEA nº 106 de 17/04/2015, a Lei Federal nº

13.303/2016, o Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP/RJ e o Decreto Estadual nº 46.188/2017 e 46.642/2019.

25.2. Os serviços serão executados em estrito atendimento às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnica, normas internacionais equivalentes, normas de Segurança do Trabalho e normas da EMOP-RJ, entre outras:

- Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA/CAU;
- Código, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros - CBMERJ, SEAP, Vigilância Sanitária, entre outros;
- Normas brasileira elaboradas pela ABNT, regulamentadas pelo INMETRO;
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato

26. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

26.1. Cabe à empresa licitante estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

26.2. O percentual de BDI apresentado pelas empresas licitantes deve ser apresentado com 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

27. AVALIAÇÃO DE QUALIDADE E O ACEITE DO OBJETO

27.1. O objeto será recebido provisoriamente, mediante emissão pela Comissão de Gestão e Fiscalização/EMOP-RJ do Termo de Recebimento Provisório de Serviço, assinado pela contratada e representantes da EMOP-RJ (Fiscal e Gestor do contrato), em até 15 (quinze) dias da comunicação formal do contratado, protocolizado no Protocolo/EMOP-RJ;

27.2. O objeto será recebido definitivamente, mediante emissão pela EMOP-RJ do Termo de Recebimento Definitivo de Serviço, assinado pela contratada e representantes da EMOP-RJ (Fiscal e Gestor), após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento provisório.

27.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e pelo contrato.

27.4. No caso de serviços de engenharia, o órgão demitante e descentralizador de recursos receberá o objeto do contrato através do Termo de Recebimento de Serviço pelo Cliente, a ser emitido pela EMOP-RJ, através da Comissão de Gestão e Fiscalização e pelo representante do órgão descentralizador de recursos.

27.5. A EMOP-RJ rejeitará, no todo ou em parte, o serviço ou o fornecimento que estiver executado em desacordo com o contrato.

28. INTEGRAM ESTE PROJETO BÁSICO, PARA TODOS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA (Relação de Plantas):

- Planta de situação (*index 81112294*)
- Primeiro e segundo pavimento Layout (*index 81112324*)
- Terceiro Pavimento e Cobertura, Layout (*index 81111967*)

- Primeiro e segundo pavimento cotado (*index 81112415*)
- Terceiro Pavimento e cobertura cotado (*index 81112453*)
- Cortes (*index 81112476*)
- Fachadas e perspectiva (*index 81112090*)

PROJETO BÁSICO DE ESTRUTURA (*index 82263670*):

- Projeto de Forma da Fundação 01/03
- Projeto de Forma do Primeiro e Segundo Pavimento 02/03
- Projeto de Forma da Cobertura 03/03

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- P142.001/24 – Sistema Pleno
- D142.001/24 – Sistema Desonerado

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- P142/2024 – Sistema Pleno
- D142/2024 – Sistema Desonerado

29. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Paulo Diniz Carneiro Spina
Gerente de Projetos de Arquitetura - DEPPRO
ID: 4.364.277-2

Marllon da Silva Nogueira
Gerente de Projetos de Instalações - DEPINS
ID: 4.436.892-5

Marco Aurelio Marques Corrêa
Gerente de Projetos de Estrutura - DEPES
ID: 2.850.469-0

Rio de Janeiro, de de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marllon da Silva Nogueira, Gerente**, em 27/03/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Marques Correa, Gerente**, em 27/03/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Diniz Carneiro Spina, Gerente de Projetos**, em 27/03/2025, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **96932523** e o código CRC **DC119EDF**.

Referência: Processo nº SEI-180002/001502/2023

SEI nº 96932523

Campo de São Cristóvão, 138, - Bairro São Cristovão, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20921-440
Telefone: